



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA**

**GLELVIA MARIA RODRIGUES BELARMINO
REGINALDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
GLEICY MARA PAIXÃO ROCHA**

EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS

**TOCANTINÓPOLIS – TO
2011**

GLEYVIA MARIA RODRIGUES BELARMINO
REGINALDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
GLEICY MARA PAIXÃO ROCHA

EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis para obtenção do título de Pedagogia, sob orientação do Professor Flávio Moreira

**TOCANTINÓPOLIS – TO
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B426e BELARMINO, DE OLIVEIRA, ROCHA, GLEYVIA MARIA,
REGINALDO FIGUEIREDO, GLEICY MARA PAIXÃO.
EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS. /
GLEYVIA MÀRIA, REGINALDO FIGUEIREDO, GLEICY MARA
PAIXÃO BELARMINO, DE OLIVEIRA, ROCHA. – Tocantinópolis, TO,
2023.
19 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientador: FLÁVIO MOREIRA
1. ESCOLA. 2. CIDADANIA. 3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. 4.
FUNÇÃO SOCIAL. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GLEYVIA MARIA RODRIGUES BELARMINO
REGINALDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
GLEICY MARA PAIXÃO ROCHA

EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS

O artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para a obtenção do título de Pedagogo e aprovada em forma final pelo Orientador Flávio Moreira e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Moreira. Orientador – UFT

Prof^a. Mestra. Liza Aparecida Brasília. Examinadora - UFT

RESUMO

Este artigo trata de uma análise sobre a construção da cidadania no contexto educacional, objetivando assim analisar como se dá a compreensão de cidadania, bem como as práticas propostas e executadas, os avanços e os limites da cidadania no âmbito da escola Municipal Valfredo Campos Maia na cidade de Tocantinópolis. A análise parte inicialmente do projeto pedagógico e após realiza-se entrevistas e professores coordenadores. Verifica-se que o trabalho de formação de conceitos e valores propostos e executados pela escola.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Cidadania. Práticas Pedagógicas. Função Social.

ABSTRACT

This article deals with an analysis of the construction of citizenship in the educational context, aiming to analyze how the comprehension of citizenship occurs, as well as the proposed and executed practices, the advances and the limits of citizenship within the Valfredo Campos Maia Municipal School in city of Tocantinópolis. The analysis starts initially from the pedagogical project and after interviews and coordinating teachers. It is verified that the work of formation of concepts and values proposed and executed by the school.

KEYWORDS: School. Citizenship. Pedagogical practices. Social role.

1 INTRODUÇÃO

Ao realizar o estágio Supervisionado de docência na Escola Municipal Walfredo Campos Maia e observar que se faz necessário fornecer aos estudantes mecanismos de construção de uma autonomia crítica, de práticas de raciocínio e /ou

consciência a respeito de cidadania, nos sentimos motivados a fazer um projeto de estudo sobre a cidadania na escola pública, por entender que a formação do cidadão é um dos objetivos da escola. Investigar que conceito que se tem de cidadania na escola pública e as relações existentes em seu interior, talvez possibilite produzir subsídios teóricos que permitam desvelar algumas relações que se estabelecem na escola, almejando contribuir para a formação de uma escola cidadã.

Desse modo, construímos uma concepção de pesquisa e, a partir daí, desenvolvemos o nosso projeto preliminar, através de questionamentos, a respeito de cidadania na escola. Partindo daí focamos nossos estudos acerca de cidadania, na tentativa de compreender melhor o conceito e suas transformações no tempo.

O que pretendemos no presente estudo é um olhar crítico sobre as questões de cidadania na escola nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no sentido de reconhecer os processos que a afirmam ou a negam de diversas formas tomando a função social da escola e também o empenho de tantos profissionais em realizar um bom trabalho e uma educação de qualidade. O que acontece, muitas vezes, é que existem condicionantes externos e internos que dificultam o trabalho educacional. É isto também que estamos buscando verificar.

Quanto a metodologia da pesquisa, tendo em vista o exposto, têm-se como *objetivo geral*: compreender o conceito e a vivência da cidadania na escola Municipal Walfredo Campos Maia. Especificamente propõe-se: a) verificar a concepção e importância da cidadania na escola; b) levantar práticas metodológicas que a escola desenvolve visando à formação para a cidadania; c) levantar desafios limites e possibilidades da escola para desenvolver na construção da cidadania. Assim, realizamos uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), uma observação cotidiana na escola durante duas semanas alternadas; e a aplicação de um questionário para 15 (quinze); professores/coordenadores, deste total recebemos 07 (sete) questionários respondidos.

2 CIDADANIA E O CONTEXTO DA ESCOLA WALFREDO CAMPOS MAIA: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Serão discutidos conjuntamente os dados tanto observados cotidianamente, como analisados por meio do PPP. Inicialmente o que nos motivou a desenvolver a

pesquisa nesta escola, foi o fato de ela está inserida no maior bairro da cidade de Tocantinópolis e atender grandes números de alunos nas séries iniciais (1º ao 5º ano). Uma vez que faz-se necessário introduzir desde cedo no criança a importância da formação para a cidadania.

Neste sentido é que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola faz uma abordagem detalhada a respeito das necessidades encontradas e das possíveis soluções para esta questão dentro do âmbito educacional. O PPP menciona que a comunicação entre os envolvidos tem sido o fator fundamental nesta formação para a cidadania, ou seja, estão sempre abertos ao diálogo, valorizando as diferenças, aceitando opiniões e sempre refletindo sobre estas práticas.

No que se refere a organização e participação escolar de acordo com o PPP esta se dá de forma satisfatória, pois a escola está organizada de modo que todos participem das decisões da instituição, ou seja, se organizam de forma que não sobrecarrega os funcionários, pois contam também com a participação da comunidade local em eventos promovidos pela escola, bem como na elaboração e desenvolvimento de projetos. Conforme o PPP, alguns projetos são citados, dentre eles:

Projeto de leitura e escrita e recreação para ajudar na construção da cidadania dos educandos, como, as datas comemorativas, dia pedagógico, dia "D" da leitura dentre outros. (p.43-44).

Procura-se com isto atender as necessidades do local, e fazer com que a escola continue com a filosofia de educar para a vida e exercer a cidadania tanto no cotidiano escolar como fora dele, isto por acreditar que só através da educação pode-se construir uma sociedade justa, famílias mais unidas e aptas a exercer a cidadania. Desse modo buscamos através da concepção de cidadania, segundo alguns autores, compreender como se deu o desenvolvimento da cidadania na sociedade na qual estamos inseridos.

No decorrer da trajetória histórica percebe-se que a definição dada ao termo cidadania teve no Brasil um longo caminho, sendo assim cabe aqui uma breve reflexão sobre seu significado, sua evolução histórica e suas perspectivas. Nessa menção, a "concepção plena" sobre cidadania analisada por GADOTTI (1997), consiste na mobilização da sociedade para a conquista dos direitos civis, sociais e políticos. Assim, pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia. Portanto uma educação para a

cidadania deve ser conscientizadora desses direitos, bem como da importância da participação da sociedade em sua reivindicação. Logo, educar para a cidadania deve ser o objetivo político de cada área de ensino, fazendo da cidadania uma questão interdisciplinar por excelência. Entende-se com isto que este é um caminho que leva à construção do que Gadotti (1997) chama "Escola Cidadã." Para tanto, Gadotti, aponta os seguintes eixos:

(...) a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (...), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educandos e educadores (...)(GADOTTI, 1997, p. 40).

A cidadania que tanto se busca, decorre de um progressivo reconhecimento do exercício dos direitos e deveres, pois exatamente dessa construção. Fazendo uma revisão da literatura especializada podemos verificar que não só o conceito de cidadania variou, mas que atualmente continua a variar de autor para autor. Percebe-se que foi ampliado, e constitui um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, e pode ser traduzido por um conjunto de liberdades e obrigações políticas, sociais e econômicas. É interessante notar que ser cidadão hoje, implica em exercer seu direito à vida, à liberdade, ao trabalho; a moradia a educação, a saúde, a cobrança da ética por parte de nossos governantes.

Exercer plenamente a cidadania consiste em participar ativamente das decisões da comunidade, da cidade, do Estado e do País, propondo soluções para os problemas em todos os âmbitos do convívio social, pois quanto mais consolidada estiver a cidadania no Brasil, mais chance teremos de ter um país justo e igualitário para todos. Numa tentativa de reflexão sobre estas questões, abordaremos sob o ponto de vista teórico, o conceito de cidadania.

Buscou-se então conhecer as concepções de cidadania expressas tanto no PPP, como nas falas dos profissionais da escola o que nos levou a questioná-los a este respeito, bem como verificar esta dimensão também no PPP da escola.

No PPP da escola a dimensão conceitual do termo cidadania aparece, na dimensão do marco referencial a partir da ideia de: "educar para a vida e para a cidadania tanto no cotidiano escolar e fora dele, porque só através da educação podemos construir uma sociedade justa, famílias mais unidas, aptas a exercer a cidadania no mundo globalizado" (PPP, 2008, p.12).

Nas respostas, os dados parecem apontar para duas direções: uma em que os profissionais compreendem cidadania a partir de uma relação personalizada, individualista, ou ligada a um grupo em que o indivíduo faz parte; de 7 (sete) respostas, 4 (quatro) apontam nesta direção. Ou seja, não pensando a cidadania como uma relação política e de lutas de conflitos de classe; para além da escola, isto é, na vida comunitária; pois conforme fala a “Condição de quem goza plenamente dos seus direitos e deveres civis ou políticos, dentro de um grupo social o qual faz parte” (respondente 1).

Outro grupo de respostas indicam um amadurecimento conceitual quanto a cidadania; contudo, não se percebem enquanto envolvidos na construção deste processo de forma explícita, mas de forma generalizada e distante de si mesmos.

Olhando para estes dados, de modo mais cuidadoso, têm que se ter em consideração as diferentes relações sociais e posições de sujeito em que são relevantes: gênero, classe, etnia, etc. Torna-se necessário conceber o agente social, não como um sujeito unitário, mas como a articulação de um conjunto de posições de sujeito, construídas a partir de discursos específicos e sempre precária e temporariamente colocados na intersecção dessas posições de sujeito. Para um melhor entendimento a respeito desta questão Fernandes (1999, p.48), põe em evidência que a crescente democratização das sociedades fez deslocarem a questão dos direitos do homem da esfera do Estado para o interior da sociedade civil.

Para o autor, a cidadania diz respeito, não só a capacidade de o indivíduo exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade no contexto das estruturas sociais mais amplas. Deste modo, o exercício da cidadania implica autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social. Ou seja, o cidadão deverá desenvolver atividade no sentido de lutar pela integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança, tolerância, afirmação da sociedade civil; etc.

As consequências da adoção deste conceito global de cidadania no incremento da educação para a cidadania ao nível da escola implicam o questionamento de modelos e práticas de ensino e aprendizagem da cidadania, com base no pressuposto de que cabe à Escola um papel de formação de atitudes e valores socialmente válidos, como se estes fossem objeto de representações sociais

geralmente aceitos e generalizáveis. A sociedade também se organiza em prol da cidadania. Segundo Vieira (2002):

Uma das principais características do mundo contemporâneo é a globalização econômica, bem como o desenvolvimento de novas formas de solidariedade entre os cidadãos, configurando uma tendência para a constituição de uma sociedade civil global como contraponto à tendência de relativo enfraquecimento do Estado nacional. (P. 66).

A cidadania representa importante papel para a construção da vida democrática, por isso é bom para a sociedade que os indivíduos se organizem em movimentos sociais ou sindicatos, tanto para exercer sua cidadania quanto para formar uma oposição que reivindique uma atuação dos governantes. Presenciamos em nosso país vários movimentos sociais e, também mundiais, representados por ONGs, sindicatos, associações em defesa de direitos, que representam uma cobrança da sociedade civil, como exemplo de cidadania, contrapondo-se ao descaso dos governantes, que representam a esfera pública dominante.

Questiona-se se atitudes acima mencionadas seria uma saída para se resolverem às desigualdades sociais. Nesse sentido percebe-se a relevância da educação nesse contexto, pois quanto mais conhecimento os cidadãos possuírem, tanto mais preparados estão para enfrentar as possíveis adversidades. Sendo assim, vemos a escola como uma instituição que tem contribuições importantes a dar o fortalecimento da cidadania. No entanto, é importante observar que um ambiente democrático na escola é condição mínima para o exercício da cidadania. E a escola Walfredo Campos Maia. Sendo democrática, por meio dela pode-se desenvolver a conscientização, esclarecimento, penetrar nessa sociedade do conhecimento.

Quando questionados sobre as iniciativas que estão sendo tomadas pela escola para construir cidadania os sujeitos assim se colocam.

Diante das respostas observou-se que das 07 (sete), 04 (quatro) se assemelham, visto que estas estão com uma visão voltada para a construção da cidadania dentro e fora do contexto educacional. Isto por entender que educação deve estender-se além dos muros da escola, possibilitando uma sociedade mais justa, universalizando da melhor forma possível, o patrimônio cultural e socioeconômico uma vez que se inserem no discurso genérico, conforme a fala de um dos respondentes: “Atividades voltadas para o conhecimento dos direitos e

deveres enquanto alunos e cidadãos pertencentes a um grupo social, com exemplos práticos dentro e fora da escola”.(respondente 3).

Quanto ao outro grupo de respostas observa-se que estão com uma visão de cidadania longe daquilo que realmente é, ou seja, não tem uma visão que cidadania não é elaborar projetos sem perspectivas de futuro.

Buscando aprofundar esta discussão, questionamos quais práticas a escola realiza e que de alguma forma negam à cidadania. Essa questão nos trouxe um conjunto de quatro possíveis perspectivas análises, ou seja, um primeiro que grupo que expressa uma negação da cidadania pela a falta de cidadania de diálogo e ética (três respondentes);um segundo grupo que percebem a negação da cidadania pelos conteúdos desconectados da realidade (dois respondentes); um terceiro grupo que fala da falta de respeito e conhecimento (um respondente) e; um último grupo que diz que a escola não pratica nenhuma ação que negue a cidadania.(um respondente).

As respostas que apontam para uma negação da cidadania pela falta de diálogo e ética, a fala mais constantes entre os mais pesquisados nos remete a uma atitude de intolerância da escola diante de atitudes consideradas indisciplinadas.

Mandar o aluno embora quando seu comportamento é inadequado, se o correto é ele ficar e conversar sobre o mesmo, tentando resolver da melhor maneira possível.

Quando um aluno se acha injustiçado e não tem oportunidades de se defender.

Outro grupo mais expressivo diante dessa questão, retorna a questão de uma escola que não consegue trabalhar seus conteúdos/conhecimentos em sintonia com a realidade da comunidade, dos alunos, de seus anseios, desejos perspectivas, etc; conforme a fala de um dos respondentes.

Quando buscamos desenvolver atividades que são restritas dentro da escola, tornando os alunos passivos com conhecimentos limitados, que não servem para sua vivencia diária fora da escola.

O outro grupo apresenta a falta de respeito e conhecimento por parte da escola como uma das ações da escola que nega a cidadania; e ainda um respondente menciona que a escola não pratica nenhuma ação que nega a cidadania.

O que se percebe diante das respostas é que os profissionais da educação conhecem os mecanismos que negam essas práticas de cidadania, uma vez que utilizam conteúdos e atividades fora da realidade inserida, pois abordam a questão dos conteúdos e atividades sem significado para seu convívio social quando sabemos que a educação precisa garantir o futuro da democracia de seus cidadãos.

A questão a respeito dos desafios apresentados para a escola enquanto espaço construtor da cidadania, nos remete a necessidade de irmos além do que é proposto pelo sistema educacional por meio do currículo, uma vez que é pensado e elaborado, na maioria das vezes, fora da realidade existente nas escolas. A partir desta perspectiva, é possível notar que há uma distância entre realidade da comunidade escolar com os conhecimentos transmitidos na escola. Esta realidade nos é, mais uma vez, visível quando verificamos que entre as respostas dos sujeitos, pois, a maioria aponta a necessidade de rever o currículo adequando-o à realidade (quatro das sete respondentes). Os demais respondentes pontuaram aspectos diversos nesta questão.

A partir destes dados julgamos ser possível destacar a existência de certa ambiguidade entre, por um lado, concepções de educação para a cidadania e, por outro lado, as abordagens curriculares e as práticas didático-pedagógicas que se têm sido executados nas escolas de modo geral, e na escola Walfredo Campos Maia em particular. Em todo o caso, temos por importante realçar que a adoção do conceito de educação para a cidadania traduz mais do que uma abordagem diferenciada face à educação cívica, antes um alargamento do processo de desenvolvimento de competências de «cidadania» ao nível da Escola. O currículo neste caso, aparece majoritariamente como um desafio a ser urgentemente repensado pois, conforme fala um respondente.

“Trabalhar conteúdos e atividades que de fato tenham significado para os alunos enquanto sujeitos em desenvolvimento, ou seja, futuro cidadãos, pois na maioria das vezes a escola dentro do seu contexto, está muito mais atenta a seguir um sistema ou uma grade curricular e deixar as vezes o que de fato o aluno precisa aprender para se tornar um verdadeiro cidadão conhecedor dos seus direitos e deveres”.

O que se observa frente as questões é que seria muito bom se a escola abordada no trabalho estivesse praticando tais ações para o bom andamento da instituição, mais infelizmente o que percebemos são somente boas intenções por parte dos educandos, portanto só isto não basta seria necessário que os

representantes tivessem um olhar mais voltado para a questão da cidadania até por que sabemos que isto não só melhoraria a questão educacional como também o pensamento e as atitudes dos nossos jovens e adolescentes.

Mas, para os sujeitos da pesquisa é importante de verdade o trabalho na escola com a formação para a cidadania? A essa interrogação, nossos respondentes, no total de três disseram que sim; e os demais sujeitos foram sucintos em suas respostas, sem ao menos reafirmar, embora não neguem, a importância de se trabalhar na escola a cidadania. Os que ressaltaram ser importante, afirmam que é importante pois:

Desde cedo o aluno precisa conhecer seus direitos e deveres e na escola são organizados conteúdos programáticos, onde desde cedo os alunos podem estar aprendendo noção básica de cidadania não só através dos conteúdos mais também de ações concretas propostas dentro do ambiente escolar.

Partindo desse pressuposto, fica evidente a importância de se trabalhar a formação para a cidadania dentro do âmbito escolar, contudo, nas séries iniciais, uma vez que desenvolve no aluno, noções básicas de cidadania, tornando-se assim conhecedor de seus direitos e deveres no grupo social em que se insere.

Ao questionarmos se as práticas adotadas efetivamente na escola preparam para a vivência cidadã dentro, mas principalmente fora da escola, nossos sujeitos assim se posicionaram. Três disseram que é importante sim, porém com determinadas restrições, uma vez que não percebem que o trabalho não é feito como deveria ser.

Acredito sim, porém não depende só do meio escolar para que essa preparação aconteça, depende da escola, família e sociedade.

É necessário que haja mais preparação por parte dos envolvidos no contexto, mais acho que é possível sim".

Dois falaram que não, enfatizando que os conteúdos trabalhados na instituição não são suficientes pois atende todo um sistema e uma grade curricular, na qual os conteúdos não são voltados apenas para questão da cidadania. Também acreditam que essa preparação acontece no decorrer de toda a vida estudantil, ou seja, num processo gradativo, conforme a seguir:

Acredito que no cotidiano vai adquirindo novos conhecimentos.

E mais dois afirmam acreditar, uma vez que consideram a vida escolar um processo educacional, conforme falam

Não os conteúdos trabalhados nas instituições principalmente voltados as series iniciais que são a classe a qual essa situação atende não são suficientes até porque a instituição atende todo um sistema e uma grade curricular para ser seguida, a qual os conteúdos não são voltados a penas para questão da cidadania. Mais acredito que essa preparação acontece no decorrer de toda a vida estudantil do cidadão, ou seja, num processo gradativo, aos poucos, e que muitas vezes ainda é influenciado pelo meio onde vive.

A Escola precisa saber a quem serve e, a partir deste posicionamento político fazer opções pedagógicas. Sendo assim, a educação deve estender-se além dos muros da escola, possibilitando uma sociedade mais justa universalizando da melhor forma possível, o patrimônio cultural e socioeconômico.

Frente à temática em estudo é interessante pensar a democracia entre o pêndulo das atividades dos seus membros, a relação cabível entre os direitos fundamentais e a cidadania pode ser o melhor instrumento para garantir o futuro da democracia de seus cidadãos. Nesse sentido, a educação é um dos berços para a construção de uma consciência cidadã.

Utilizando a expressão de Paulo Freire, Gadotti (1988) acredita que existe uma educação da reprodução da sociedade, uma educação como prática da domesticação e no outro extremo uma educação da transformação, uma educação como prática da libertação.

Portanto, ao se realizarem políticas que visem à garantia dos direitos humanos, a escola por viver e respirar os ares da comunidade pode desempenhar uma saudável fomentação de reflexões e discussões democráticas.

3 A CIDADANIA NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES PARA A ESCOLA WALFREDO CAMPOS MAIA

Os dados de modo geral nos levam a crer que os discursos sobre cidadania estão próximos do que apontam as perspectivas teóricas; contudo ao examinarmos as ações no cotidiano da escola percebe-se uma lacuna imensa entre teoria e prática. Desconsiderando inclusive os avanços do mundo moderno.

É sabido que a sociedade atual passa por um acelerado processo de mudanças nos campos político, social e econômico. A globalização dos mercados,

as revoluções tecnológicas, as transformações dos meios de produção e dos processos de trabalho trouxeram progresso e desenvolvimento em várias áreas, no entanto ocasionaram mudanças nos campos dos valores éticos e sociais. Cada vez mais se observa problemas sociais graves como a corrupção, a violência, o preconceito, a fome, o desemprego, a poluição dentre outros.

Como já abordado anteriormente a forma de encarar a educação para a cidadania variou também ao longo da história e de autor para autor. Roldão (1999, p.116) põe em evidência que a complexidade do conceito de cidadania dá origem a uma diversidade de modalidades de aplicação, reconhecíveis em várias dimensões que lhe estão associadas e na forma como foram introduzidas no currículo. Essa diversidade está ligada às diferentes perspectivas curriculares e educacionais dominantes ao longo do século, assim como a circunstâncias históricas, políticas e culturais particulares.

O conceito de cidadania, a discussão que envolve os fins da educação e do papel da escola na formação do cidadão e na democratização de seu espaço, se volta para uma trajetória complexa de diferentes definições e de contradições. Nesse sentido discutir os fins da educação, significa discutir questões políticas, sociais e econômicas, filosóficas que caracteriza as intenções e ações pedagógicas num determinado contexto; sendo assim o envolvimento do educador se torna necessária, uma vez que sua prática não é neutra. Partindo deste pressuposto, Nilda Ferreira, (1993) enfoca que

Trata-se de um problema filosófico de imensa importância, que remete para a necessidade de se buscar o significado individual e coletivo do próprio trabalho. A consciência dos fins que orientam sua atividade coloca o homem diante da possibilidade de identificar em outros homens os seus próprios, propósitos, colocando-os todos em condições de comunhão, no melhor sentido do termo. A partir daí é possível pensar em uma causa comum, como por exemplo tornar humano o mundo, fazer da escola um espaço de construção coletiva de conhecimento- um espaço de encontros e disputas, mas sempre de crescimento das pessoas. (1993, p. 06)

Severino (1992, p.13) acrescenta que o desenvolvimento humano se constrói num espaço natural e social; dentro de um contexto histórico, num processo contínuo de interação com o mundo físico e com o mundo social/cultural, ou seja, o processo de humanização do homem vai ocorrer por meio das mediações histórico-sociais que, em relação à escola e ao seu projeto político- pedagógico e possibilitam

articular o projeto político-social com o projeto pessoal-existencial de professores e alunos. Em relação à questão esboçada, o autor argumenta:

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional. Isto quer dizer que ela deve instaurar-se como espaço-tempo, enquanto instância social que sirva de base mediadora e articuladora de outros dois projetos que envolvam o agir humano: de um lado, o projeto político da sociedade envolvente, e, de outro lado, o projeto pessoal dos sujeitos envolvidos na educação. (P.13).

A título de sugestão de trabalho para a escola Walfredo Campos Maia, nos baseando em Severino (1992), indicamos sete formas distintas, que não são mutuamente exclusivas (nem sequenciais), de introduzir a educação para a cidadania no currículo, quis sejam:

1. Existência de disciplinas dirigidas para dimensões da cidadania com programas específicos;
2. Incorporação preferencial da educação para a cidadania em algumas disciplinas do currículo, com destaque para a História.
3. Organização de temas transversais que se desenvolveu a partir da década de 80, a partir de eixos temáticos como a violência urbana, o pacifismo, as culturas minoritárias, a luta pela terra, a tortura, o sistema carcerário, etc.;
4. Áreas interdisciplinares/áreas de projeto;
5. Programas educativos orientados para a formação pessoal e social do aluno nas suas diversas vertentes, em que se assumiu uma área transversal de Formação Pessoal e Social, para a qual concorreriam todas as disciplinas
6. Concepção das disciplinas e áreas curriculares como instrumentos de formação para a cidadania que aparece frequentemente nos textos curriculares mais recentes, mas cuja influência é limitada nas práticas curriculares da escola;
7. Vivência institucional: mecanismos de participação – a vivência organizacional, o clima e a cultura da escola, as oportunidades de desenvolver experiencialmente práticas e intervenções em contexto democrático poderiam dar uma contribuição muito importante para a educação para a cidadania.

De acordo com Severino, a estes elementos se junta à necessidade de uma perspectiva que permita antecipar alguns aspectos da evolução da nossa sociedade, porque estamos formando jovens que deverão responder a questões que não são as atuais, respeitando um conjunto de princípios e valores em torno da cidadania democrática e dos Direitos Humanos.

Entender a educação para a cidadania se reveste de uma grande complexidade e implica a valorização de uma abordagem interdisciplinar, face às questões educativas mais globais com as quais aquela se relaciona. Pois

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com relação ao direito à igualdade, qualidade a priori para a cidadania, ainda é um direito não usufruído por todos, fato que se comprova ao observarmos o número de crianças em idade escolar fora da escola, nas ruas.

Observa-se também, que a permanência na escola é outra questão atual que precisa ser analisada, pois, muitos estudantes não terminam o Ensino Fundamental. Muitos são os motivos, entre os quais, a necessidade de trabalhar e o não-reconhecimento da experiência de vida do educando e sua cultura no currículo escolar.

Dessa forma, são poucos os alunos que chegam a cursar o Ensino Médio, e muitos desses muitas vezes, voltam a estudar quando já são adultos, porque sentem a necessidade do diploma para conseguir emprego. Nas palavras de Novaes (2003) confirmam-se esses direitos perante a lei, quando ele coloca que

Todos os homens nascem igualmente livres e independentes, têm direitos certos, essenciais e naturais, dos quais não podem, por nenhum contrato, privar nem despojar sua posteridade. Tais são os direitos de gozar a vida e a liberdade, com meios para adquirir e possuir propriedades e buscar a segurança e a felicidade. (p. 96).

Nesse cenário, entendemos que para termos uma práxis cidadã na escola Walfredo Campos Maia, é necessário que universalizemos a educação de fato, mas com uma escola pública, gratuita, democrática, que não restrinja a qualidade social e sim que a torne, efetivamente, um direito de todos, direito esse adquirido, teoricamente, desde o século XIX no Brasil. Tudo indica que, para acontecer efetivamente essa inclusão, vai depender da força da mobilização popular, da sociedade; portanto de uma educação para a cidadania.

Sendo assim a prática não deve corresponder a um processo de moldagem dos jovens como sujeitos “disciplinados” ou, mais tarde, como adultos adaptados a um certo tipo de estruturas sociais pré-definidas e a necessidades econômicas. Mais importante, a educação para a cidadania implica uma resistência face à pressão

normativa e normalizadora, do que parece ser a neutralidade dos saberes disciplinares quando encarados individualmente.

Conforme PRADO, (2000, p.75) “Trabalhar com cidadania em sala de aula é tarefa fundamental para formar alunos melhores e um país também”. Porém, o cidadão deve ser entendido não apenas como o habitante, mas como alguém interessado no que acontece em sua comunidade. Alguém consciente dos seus direitos e deveres, capaz de viver dignamente, respeitando a si mesmo e aos outros, a escola pode ensinar tal exercício efetivo de cidadania.

Freire coloca que: “Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é um fenômeno típico da existência, por isso mesmo exclusivamente humano. Daí também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade” (1997, p.66). O que equivale dizer que a prática social se interliga a prática educativa, portanto faz parte de nossa existência e da história, ou seja, não há como viver sem ambas, pois uma complementa a outra, não tendo como distanciá-las.

De acordo com Demo (1996, p.52) “a educação é precisamente condição necessária para desabrochar a cidadania, com vista à formação de sujeitos do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres”. compreende-se desta forma que o ser humano deverá ter condições de sobrevivência, desenvolvimento e ainda participação ativa na sociedade, para que assim seja a cidadania compreendida em sua totalidade como a condição real de cada ser humano viver e conviver na sociedade com dignidade.

No entanto, enquanto no mundo houver pessoas sem ter o que comer, vestir, ter moradia; sem direito de votar e ser votado; sem direito à educação, direito de livre expressão, sem direito de defesa respeitados, pessoas que não podem e não aprenderam a dizer sua palavra, se fizerem ouvir, não terá o direito de cidadania de todos. Isto por que esse é o grande objetivo do mundo ser constituído só por cidadãos, onde os direitos de todos sejam conquistados e assegurados, sem nenhuma distinção. É esse ideal de cidadania que a sociedade precisa lutar e a educação constitui parte importante na conquista desses direitos. Mas, novos direitos também surgem em novos contextos.

A Lei 9394/96 surge da necessidade de adaptar os rumos da educação à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional em 1988, e também de seguir as orientações dadas pelo Banco Mundial no setor educacional. As orientações do

Banco Mundial baseiam-se, em parte, na visão de que os sistemas educacionais enfrentam hoje “uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de universalização e de extensão dos serviços oferecidos.” (GENTILI, 1998, p. 17).

Nesse contexto percebe-se que os serviços cresceram em quantidade, e não em qualidade correspondente. Dessa forma, os governos, responsáveis em gerir a educação, não conseguem garantir a necessária qualidade, sendo assim, deveriam aplicar melhor os recursos públicos, buscar uma melhor formação aos profissionais da educação, aproveitar melhor os espaços disponíveis. Não significa uma ampliação de recursos, e sim uma racionalização dos mesmos, pois os recursos destinados à educação são suficientes, precisando, porém, ser mais bem aplicados. É necessário, então, que seja feita uma reforma na educação.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo, ano?

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir; HOORNAERT, Eduardo, Muitas lições de Freire. In: FREIRE, Paulo. **Poder, desejo e memórias da libertação?**

GENTILI, Pablo A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma Educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998

HOORNAERT, Eduardo, Hermann no topo do mundo, São Paulo, 2002.
MCLAREN, Peter; LEONARD, Peter; GADOTTI, Moacir (Org.). Porto Alegre: Artmed, 1998

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminho das civilizações – História integrada: Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 1998.

NORBERTO, Luiz Guarinello; PINSK, Jaime; PINSK Carla bassanezi. História da cidadania (Org.) - São Paulo: Contexto, 2003.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes**: a história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2003.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.